

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: 202762-7/02 (Recife/PE)

Embargante: Telemar Norte Leste S.A.

Embargada: Vânia Maria Soares

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

246

Acórdão

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. CONHECIMENTO. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES. NÃO CONFIGURADA. ACLARATÓRIOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

-Embargos Declaratórios em face de acórdão em Recurso de Agravo. Pretensão recursal fundamentada em renovação de matéria de mérito. Impossibilidade;

- Repetição de matéria já veiculada nos autos;

-Conhecimento de todos os aspectos suscitado na peça recursal. Desnecessidade. Suficiência àqueles bastantes à formação de sua convicção acerca da matéria;

-A ilegitimidade passiva arguida pela ora embargante foi analisada a contento, e, se a parte não está satisfeita, que prossiga com a sua irresignação através dos recursos adequados, disponibilizados na lei processual civil em vigor;

- A função dos embargos é tão-somente integrativa, no sentido de afastar omissão, contradição ou obscuridade, na forma do art. 535 do Código de Processo Civil;

-Recurso conhecido apenas para fins de prequestionamento, contudo, negado provimento, Decisão Unânime.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Quarta Câmara Cível deste TJPE, à unanimidade de votos, em conhecer dos Embargos de Declaração apenas para fins de prequestionamento, contudo, **NEGAR PROVIMENTO** aos mesmos, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 29 de abril de 2010.

Eurico de Barros Correia Filho
Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: 202762-7/02 (Recife/PE)

Embargante: Telemar Norte Leste S.A.

Embargada: Vânia Maria Soares

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Relatório

Cuida-se de recurso de embargos de declaração interposto em face de acórdão lavrado à vista do julgamento do recurso de agravo nº 202.762-7/01, em que figuram como partes **Telemar Norte Leste S.A.**, como apelante, e, **Vânia Maria Soares**, como apelada.

O acórdão embargado encontra-se assim ementado:

"EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. ART. 557, CAPUT, CPC. BASE LEGAL FIRMADA EM SÚMULA DO STJ. AQUISIÇÃO DE LINHA TELEFÔNICA. AÇÕES. APURAÇÃO DO VALOR. MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO. DIREITO À COMPLEMENTAÇÃO. NATUREZA PESSOAL. CC/1916 VIGENTE À ÉPOCA DA CONTRATAÇÃO. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. UNIÃO FEDERAL. INTERESSE. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA COMUM. INOCORRÊNCIA. DIREITO SOCIETÁRIO. OCULTAÇÃO DE UMA RELAÇÃO CONSUMERISTA. APLICAÇÃO DO CDC. INEXISTÊNCIA DE ARGUMENTO RELEVANTE. MODIFICAÇÃO DO JULGADO. INOCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DA TERMINATIVA. 1. Caso o recurso interposto perante o Tribunal esteja em direto confronto com a jurisprudência dominante sobre a matéria de tribunal superior, sobretudo questões consolidada por súmula, poderá o relator negar seguimento de forma antecipada, proferindo decisão terminativa monocrática (art. 557, caput, Código de Processo Civil). 2. "Nos contratos de participação financeira para aquisição de linha telefônica, o valor patrimonial da ação (VPA) é apurado com base no balancete do mês da integralização" (Súmula nº 371 do STJ). 3. O direito à complementação de ações subscritas de instrumento contratual celebrado com sociedade anônima tem natureza eminentemente pessoal, prescrevendo a respectiva pretensão em vinte anos, conforme rezava o art. 177 do do Código Civil de 1916, lei civil vigente à época da negociação. 4. A concessão pública a empresa de telefonia não gera, para a União Federal, o interesse de participar da demanda de natureza pessoal que tenha como objetivo a percepção do particular em receber as ações subscritas em seu favor e seus dividendos. Caso típico de cobrança que tem trâmite perante a Justiça Comum Estadual. 5. Caso a controvérsia tenha origem no direito societário, porém, oculte uma relação consumerista caracterizada pela aquisição de produtos e/ou serviços relacionados à compra de ações, afigura-se correta a aplicação do Código de Defesa do Consumidor à espécie. 6. Da leitura das razões expendidas na petição de agravo legal, não se extrai argumentação relevante apta a afastar os fundamentos do julgado ora recorrido. Nada havendo a retificar ou acrescentar na decisão agravada, deve esta ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos. Recurso de Agravo improvido. Decisão unânime".

Ab initio, a embargante interpôs os presentes aclaratórios com fito de prequestionamento, alegando, em síntese, omissão no acórdão

vergado quanto ao fato de restar demonstrada pela empresa concessionária ilegitimidade passiva da demandada, no qual a respectiva preliminar foi suscitada em sede de contestação e reiterada nas razões da apelação cível.

Além disso, aduz a apelante, que o referido acórdão restou omissa no tocante a não apreciação acerca da preliminar de ausência dos documentos necessários ao desenvolvimento válido do processo, que também fomenta a extinção do feito sem julgamento do mérito.

Outrossim, a embargante entende necessária a participação da União Federal no feito para promover a defesa da legalidade de seus atos.

Ainda assim, trouxe no bojo dos aclaratórios em evidência argumentos de natureza idêntica àqueles contidos no referido recurso de agravo.

Requer, em linhas gerais, que seja acolhido os presentes embargos declaratórios, a fim de suprir as omissões apontadas, inclusive para efeitos prequestionadores.

Apresento o feito em mesa independente de pauta.

Recife, 29 de abril de 2010.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: 202762-7/02 (Recife/PE)

Embargante: Telemar Norte Leste S.A.

Embargada: Vânia Maria Soares

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Voto

Ao analisar os autos, observo que não pode prosperar a pretensão do embargante por não haver qualquer omissão no acórdão vergastado.

Neste aspecto, registro que pretende o embargante renovar, em sede de embargos de declaração, matéria evidentemente de mérito. Na verdade se repete matéria já veiculada nos autos.

O acórdão embargado analisou de forma completa a lide, entendendo pela inexistência de fato novo para realizar o Juízo de retratação na decisão terminativa monocrática proferida em sede de recurso apelatório.

Assim sendo, a argumentação do recorrente é destituída de qualquer fundamento e não merece ser acolhida, posto que o juiz não está obrigado a apreciar de forma aprofundada todos os argumentos levantados pelas partes no processo, bastando tão-somente que justifique sua posição.

De acordo com o que se vê da decisão terminativa proferida na apelação cível, a ilegitimidade passiva arguida pela ora embargante foi analisada a contento, e, se a parte não está satisfeita, que prossiga com a sua irresignação através dos recursos adequados, disponibilizados na lei processual civil em vigor, não sendo possível, fazê-lo mediante o manejo de embargos de declaração, sede meramente de integração.

Esse é o entendimento pacífico do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, OBSCURIDADE OU CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. INTENÇÃO DE REDISCUTIR O JULGADO. PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS REJEITADOS.

1. A função dos embargos é tão-somente integrativa, no sentido de afastar omissão, contradição ou obscuridade, na forma do art. 535 do Código de Processo Civil. Não estando presente qualquer desses vícios, como na hipótese em exame, não há como acolher o presente recurso, haja vista não serem os declaratórios via adequada para buscar o reexame de questões sobre as quais já houve manifestação do órgão julgador.

2. Quanto ao art. 102, § 2º, da Constituição Federal, ressalte-se que não é da competência do Superior Tribunal de Justiça analisar eventual contrariedade a dispositivos ou princípios constitucionais, atribuição reservada ao Supremo Tribunal

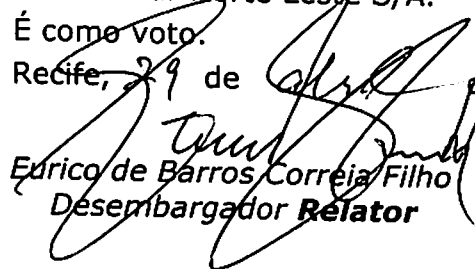
Federal, como guardião da Lei Maior.3. *Embargos* declaratórios rejeitados.”(EDCL no AGRG nos ERESP 545.773/RS, STJ, Primeira Seção, unânime, Rel. Ministra Denise Arruda, DJU 07/05/2007).

Ademais, os embargos de declaração, segundo o art. 535 do CPC, têm suas hipóteses de cabimento adstritas aos casos de omissão, contradição e obscuridade.

Posto isto, conheço dos aclaratórios somente para efeito de prequestionamento, rejeitando, porém, os Embargos de Declaração opostos pela Telemar Norte Leste S/A.

É como voto.

Recife, 29 de  de 2010.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator